

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática e/ou tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

O Estado moderno exerce um papel importante na moldagem da distribuição de renda e do bem-estar entre seus cidadãos, moderando as desigualdades geradas pela economia de mercado. Ele busca esses objetivos por intermédio de várias políticas públicas, como o estabelecimento do arcabouço legal do ambiente de negócios, a regulação da concorrência econômica, a provisão de bens e serviços públicos, a promoção de transferências monetárias às famílias de baixa renda e a arrecadação dos tributos necessários a seu financiamento.

Entre as principais funções do Estado, sob a ótica das finanças públicas, está a função redistributiva. Essa função está basicamente associada a ajustamentos no perfil da distribuição de renda, uma vez que as alocações de mercado podem levar a uma situação de desigualdade não apoiada pelos anseios gerais da população. Nesse caso, o equilíbrio de mercado pode passar a gerar conflitos e a interferir no funcionamento da própria sociedade.

Um importante instrumento à disposição do Estado para exercer sua função distributiva é, naturalmente, o sistema tributário. Por meio dele, o governo pode ajustar a renda dos cidadãos, taxando mais algumas rendas e menos outras, de forma a atingir uma distribuição final mais equitativa. Um sistema tributário progressivo é aquele no qual os impostos aumentam mais que proporcionalmente com o aumento da renda dos contribuintes. O sistema regressivo ocorre quando o pagamento dos impostos aumenta menos que proporcionalmente com a renda dos contribuintes e proporcional (ou neutro) quando os impostos aumentam proporcionalmente com a renda.

O sistema de impostos progressivo tende a reduzir a desigualdade de renda entre os cidadãos. No contexto do sistema tributário de qualquer país, o tributo que melhor possibilita a aplicação do princípio da progressividade é o imposto de renda da pessoa física (IRPF). O IRPF brasileiro apresenta elevada progressividade em termos de desvio da proporcionalidade e moderada capacidade redistributiva, em função da baixa representatividade da arrecadação frente à renda bruta total do país. A progressividade do tributo brasileiro advém essencialmente da estrutura de alíquotas, sendo que a estrutura das deduções do rendimento bruto é proporcional e, portanto, neutra em termos de progressividade.

Internet: <<https://www.scielo.br/>> (com adaptações).

Considerando os sentidos do texto CG1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo argumento do autor do texto, é papel do Estado reiterar as alocações de renda do mercado.
- 2 Considerada a perspectiva argumentativa do autor, é correto afirmar que o termo “equilíbrio” (terceiro período do segundo parágrafo) é empregado no texto com conotação negativa.
- 3 Entende-se da leitura do texto que o sistema tributário progressivo contribui para o Estado exercer a sua função redistributiva.
- 4 De acordo com o texto, a regressividade tributária é a característica predominante do IRPF brasileiro.

Em relação a aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue os próximos itens.

- 5 Estaria mantido o sentido original do texto caso se substituísse “taxando” (segundo período do terceiro parágrafo) por **para taxar**.
- 6 No texto, predomina a tipologia descritiva, o que se confirma pela exposição de dados empíricos.
- 7 No trecho “às famílias de baixa renda” (segundo período do primeiro parágrafo), a substituição de “às” por **das** não prejudicaria a correção gramatical nem o sentido original do texto.
- 8 O pronome “dele” (segundo período do terceiro parágrafo) tem como referente “o sistema tributário” (primeiro período do terceiro parágrafo).

Com base no que estabelece o **Manual de redação da Presidência da República**, julgue os itens que se seguem.

- 9 O padrão ofício, que era comumente utilizado nas comunicações oficiais, foi substituído pelo gênero textual memorando, que é mais genérico no que se refere aos objetivos e mais simplificado no que diz respeito à formatação.
- 10 Os atributos da redação oficial vinculam-se ao estabelecido na Constituição Federal de 1988 relativamente aos princípios gerais a que a administração pública deve obedecer.

Determinadas carretas de carga obedecem ao seguinte padrão: o eixo dianteiro tem uma roda em cada ponta e todos os demais eixos têm duas rodas em cada ponta.

A partir dessas informações, julgue os itens seguintes.

- 11 Se for acoplado um reboque com outros 3 eixos a uma carreta de 6 eixos, esta passará a ter 8 rodas a mais.
- 12 Uma carreta com 9 eixos terá 34 rodas.

“P: Se me dá trabalho excessivo ou suja o meu carro, não levo as mudas das plantas.”

Considerando a proposição P precedente, julgue os itens a seguir.

- 13 A tabela-verdade associada à proposição P tem menos de dez linhas.
- 14 Se a veracidade da proposição P for admitida e se também for verdade que “levo as mudas das plantas”, então é falsa apenas uma entre as proposições “me dá trabalho excessivo” e “suja o meu carro”.

Considerando legislações específicas do município de Fortaleza, julgue os itens a seguir.

- 15 Os instrumentos previstos na Lei orgânica do Município de Fortaleza para a gestão democrática da cidade incluem debates e consultas públicas.
- 16 É proibido delegar entre estados e municípios serviços de competência concorrente.
- 17 O rol de taxas cobradas pelo município de Fortaleza, conforme previsto no Código Tributário do Município de Fortaleza, é taxativo e inclui a cobrança de taxa de fiscalização de anúncios.
- 18 Os jogos desportivos são isentos da cobrança de ISS.

Acerca de ética e função pública, julgue o item a seguir.

- 19 A função pública dos servidores públicos deve incorporar-se a sua vida privada, a fim de que os valores morais e a boa-fé se insiram e sejam uma constante na relação com os colegas e com os usuários do serviço.

Com base na Lei n.º 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, julgue o próximo item.

- 20 Nas hipóteses de incorporação, fusão ou cisão societária, a responsabilidade da pessoa jurídica infratora não subsiste, diversamente do que ocorre com a alteração contratual e com a transformação societária.

Com relação à Lei n.º 8.429/1992, que trata sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue os itens que se seguem.

- 21 Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro enriqueça ilicitamente.
- 22 A omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos tribunais do Poder Judiciário, não configura improbidade administrativa.

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsecutivos.

- 23 A CF assegura o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- 24 Qualquer cidadão é parte legítima para propor mandado de segurança coletivo que vise anular ato lesivo ao patrimônio público, ou a entidade de que o Estado participe, ou, ainda, que atente contra a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural.

Acerca da organização do Estado brasileiro, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsequentes.

- 25 A União tem competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, o que não se aplica a entidades autárquicas e fundacionais e a empresas públicas e sociedades de economia mista, as quais, por sua vez, obedecem a regulamento próprio.
- 26 A União tem competência exclusiva para legislar sobre a proteção e o tratamento de dados pessoais.

Julgue o próximo item, referente a princípios administrativos e suas repercussões para os atos administrativos.

- 27 A motivação dos atos administrativos deve ser explícita, clara e congruente, vinculando o agir do administrador público e conferindo o atributo de validade ao ato, de maneira que a administração pública, ao adotar determinados motivos para a prática de um ato administrativo, ainda que de natureza discricionária, fica a eles vinculada.

Julgue os itens a seguir, considerando a Lei n.º 14.133/2021, que dispõe acerca de licitações e contratos.

- 28 É dispensável a licitação para a contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, ou para o patrocínio ou a defesa de causas judiciais ou administrativas.
- 29 A referida lei define licitação internacional como a licitação que é processada em território nacional com a participação de licitantes estrangeiros, ou cujo objeto contratual deve ser executado totalmente em território estrangeiro, ou na qual o agente de contratação é estrangeiro.
- 30 É inexigível a licitação quando inviável a competição, como é o caso da contratação que tenha por objeto a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde, ou a contratação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

Certo analista fazendário recebeu arquivo em formato pdf e deverá aproveitar parte das informações e dos dados constantes do arquivo para elaborar parecer técnico.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 31 O MS Word, na versão mais atual, não é capaz de abrir no formato pdf o arquivo em questão.
- 32 Se o arquivo contiver tabelas, estas poderão ser copiadas e editadas no MS Excel, desde que a origem dos dados da tabela tenha sido um arquivo do MS Excel com extensão .xls.
- 33 O analista poderá salvar o arquivo recebido na nuvem, pois este serviço permite ao usuário armazenar e acessar arquivos e dados remotamente.
- 34 Caso o arquivo tenha sido enviado por e-mail, recomenda-se que o analista utilize um software antivírus para escanear o arquivo em busca de possíveis ameaças, como vírus e malware.

Acerca de estratégia, objetivos estratégicos, tipos e níveis de planejamento bem como definição de negócio, missão, visão e valores organizacionais, julgue os itens subsequentes.

- 35** A estratégia de uma instituição pode ser compreendida como o conjunto de objetivos e de políticas principais capazes de guiar e orientar a atuação de uma organização a longo prazo, considerando o ambiente externo, o interno e a adequação entre ambos.
- 36** Um objetivo estratégico que de fato norteie a ação de uma instituição deve ser claro e específico quanto à ação que pretende realizar; mensurável, para que seu alcance possa ser acompanhado; atingível, para que não desmotive as equipes envolvidas; relevante para o alcance da missão e da visão; e, ainda, ter prazo definido para ser alcançado.
- 37** Embora focado nas estratégias mais gerais e de longo prazo, o planejamento estratégico deve ser construído de forma a possibilitar seus desdobramentos em planos operacionais — os quais representam o nível intermediário de um processo de planejamento — e em planos táticos — os quais representam os níveis ligados a tarefas e atividades.
- 38** No que se refere à definição da missão e da visão de futuro de uma organização, esta diz respeito ao que a empresa é e faz de verdade, ou seja, ao seu propósito de existência, ao passo que aquela indica como e onde a organização pretende estar no futuro.

Acerca do federalismo fiscal e do controle dos recursos públicos, julgue os itens a seguir.

- 39** Haja vista a complexidade das estruturas político-sociais de um país, o controle do gasto público deve restringir-se ao controle institucional, sem a participação social.
- 40** O federalismo fiscal é a parte do acordo federativo que atribui para cada ente da Federação a competência para arrecadar determinado tipo de tributo, assim como atribui a cada ente a responsabilidade relativa à alocação dos recursos públicos e à prestação de bens e serviços públicos para a sociedade.

No que se refere ao plano plurianual (PPA) e à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os próximos itens.

- 41** Para efeito da LRF, consideram-se instrumentos de transparência os relatórios resumidos da execução orçamentária, publicados pelo Poder Executivo em até 45 dias após o encerramento de cada bimestre.
- 42** O PPA norteia a elaboração da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA) e garante a continuidade de ações de um governo para o governo seguinte.

Acerca de conceitos afetos ao Estado contemporâneo, considerando as teorias das formas e dos sistemas de governo, julgue o item a seguir.

- 43** Sistema de governo corresponde genericamente ao tipo de relações institucionais mantidas entre os órgãos integrantes dos Poderes Legislativo e Executivo, envolvendo também aspectos relativos à investidura e à manutenção ou destituição dos governantes do poder.

Julgue os itens seguintes, quanto à organização do Estado brasileiro e à governança na gestão pública.

- 44** A governança na gestão pública compreende o conjunto de instituições, normas e regras que determinam a atuação dos atores políticos e a gestão do aparelho do Estado.
- 45** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende apenas a União, os estados, o Distrito Federal e os territórios federais, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal de 1988.

No que se refere aos agentes públicos e a sua gestão, bem como às normas legais e constitucionais aplicáveis, julgue o próximo item.

- 46** Ministros e secretários estaduais são considerados agentes políticos cujos vínculos funcionais têm natureza permanente.

A fim de modernizar e se adaptar às demandas de um ambiente de negócios cada vez mais digital e competitivo, a secretária de finanças de determinada organização pretende implementar uma área especializada em dados para promover a inovação, melhorar a agilidade e a velocidade de resposta às necessidades interna e externa bem como aumentar a eficiência e a produtividade do setor.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 47** Nessa situação, recomenda-se realizar uma análise de dados para examinar, limpar, transformar e modelar dados para descobrir informações úteis, padrões e tendências que possam auxiliar na tomada de decisões e na obtenção de *insights* significativos.
- 48** Uma das etapas que a referida área especializada em dados precisará desenvolver é a de análise exploratória, que consiste em pesquisar formas de criptografar os dados em *big data* da Internet e em inteligências artificiais abertas.
- 49** A aplicação de inteligência artificial por meio da técnica de aprendizado de máquina é uma das formas de modernizar a secretaria de finanças em questão, mas, para tanto, será necessário substituir todos os computadores pessoais por outro com sistema operacional mais moderno baseado em linguagem natural.
- 50** Para que a gestão seja eficaz e garanta a qualidade, a integridade, a segurança, a privacidade e, ainda, o uso adequado dos dados, essa secretaria deverá investir em governança de dados por meio da criação de um comitê ou conselho que envolva representantes de diferentes áreas e departamentos da organização.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito do tratamento contábil de itens do imobilizado, julgue os itens a seguir.

- 51 Os valores pagos a título de honorários profissionais a arquitetos, engenheiros, advogados e contadores por serviços prestados na elaboração do projeto para a construção de edifício devem compor o custo desse ativo imobilizado.
- 52 Quando da baixa de um item de ativo imobilizado, os eventuais ganhos devem ser classificados como receita de venda e reconhecidos no resultado do período.
- 53 A divulgação do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis abarcará, obrigatoriamente, entre outros itens, os métodos de depreciação utilizados e as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas.
- 54 A receita gerada pela atividade é uma base adequada para a determinação do método de depreciação dos ativos imobilizados, uma vez que considera a capacidade de geração de benefícios futuros de cada ativo utilizado.
- 55 Um terreno utilizado como pedreira, com vida útil limitada em 30 anos, deve ser depreciado separadamente de um edifício utilizado por entidade para a execução de atividades administrativas, já que, no caso da pedreira, o terreno deve ser depreciado de modo a refletir os benefícios a serem dele retirados.

Julgue os itens subsequentes, com relação ao tratamento contábil de itens do ativo não circulante intangível.

- 56 Gastos com pesquisa de alternativas para materiais utilizados por empresas industriais devem ser considerados como ativo intangível, pois têm impactos na empresa e demoram para ser implementados.
- 57 Considere que uma empresa tenha divulgado que tem ativos intangíveis com valor residual diferente de zero nas suas demonstrações financeiras. Nessa situação, será correto afirmar que o ativo intangível tem prazo de vida útil determinado e que a empresa pretende fazer a alienação antes do final da vida econômica do referido ativo intangível.
- 58 Uma empresa de capital aberto deve divulgar a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída, mas sem fazer distinção entre os valores originados de ativos intangíveis gerados internamente de outros ativos intangíveis.
- 59 Considere que uma empresa tenha apresentado um ativo intangível, mas não tenha apresentado os valores de amortização de tal ativo nas demonstrações financeiras. Considere, ainda, que não tenha ocorrido erro nas demonstrações financeiras. Nessa situação, é correto afirmar que o ativo intangível não tem vida útil definida.

Acerca do disposto na Estrutura Conceitual da Contabilidade, julgue os próximos itens.

- 60 A estrutura conceitual obriga que a entidade que reporta seja uma entidade legal, isto é, que seja legalmente constituída perante as autoridades do Estado.
- 61 Ao se extinguir passivos por meio de transferência de recursos econômicos, não é possível que uma entidade obtenha benefícios econômicos, pois estes são vinculados ao recebimento de fluxos de caixa.
- 62 Por definição, um passivo decorre de uma obrigação da entidade, porém é necessário conhecer a identidade da parte para quem a obrigação é devida.
- 63 A divulgação de demonstrações contábeis combinadas indica que a entidade que reporta compreende duas ou mais entidades, mas que não são todas vinculadas ao relacionamento controladora-controlada.

Acerca de reconhecimento, registro e avaliação de itens patrimoniais exigíveis, julgue os itens que se seguem.

- 64 Obrigações relativas à aquisição de direitos do ativo não circulante devem ser registradas no passivo não circulante.
- 65 Evidencia-se em conta de fornecedores no passivo circulante quaisquer obrigações por compra de bem móvel com prazo de vencimento inferior a 12 meses.
- 66 No encerramento do balanço social, os valores de empréstimos e financiamentos a vencer em mais de 12 meses devem ser ajustados ao seu valor presente.
- 67 Na data do balanço social, o montante de imposto de renda a pagar com base no resultado do exercício deve estar evidenciado pelo seu valor atualizado.

Com relação a provisões, passivos e ativos contingentes, julgue os itens a seguir.

- 68 Em sentido geral, toda provisão é um passivo contingente.
- 69 Valores que possivelmente serão recebidos pela companhia, ainda que tais recebimentos não sejam praticamente certos, devem ser reconhecidos em conta patrimonial ativa circulante, ou não, conforme o prazo previsto para a sua realização.
- 70 Registram-se em contas patrimoniais passivas os valores possíveis de provocar a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para a sua satisfação.

Julgue os itens subsequentes, no que se refere à elaboração das principais demonstrações contábeis nos termos da legislação contábil atual.

- 71 Adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas registram-se no ativo circulante quando houver previsão de recebimento no curso dos 12 meses seguintes à elaboração do balanço.
- 72 A demonstração de resultado do exercício expressa os resultados abrangentes que contribuíram para o aumento ou a redução dos direitos dos sócios na companhia.
- 73 Os resultados abrangentes não incluídos na demonstração do resultado do exercício são apresentados na demonstração do resultado abrangente.
- 74 A demonstração do valor adicionado deve evidenciar tanto as parcelas da riqueza gerada que foram distribuídas quanto as que não foram distribuídas.
- 75 A apresentação em separado da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados é obrigatória.
- 76 As mudanças verificadas no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa devem ser apresentadas em até três fluxos: o das operações; o dos financiamentos; e o dos investimentos.

Julgue os itens a seguir, relativos aos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público (RCPGs).

- 77 Entre os usuários primários dos RCPGs estão os membros do Poder Legislativo.
- 78 Os RCPGs devem ser elaborados conciliando o regime de competência (teoria contábil) e o regime de execução orçamentária e financeira (Lei n.º 4.320/1964).

Acerca das características qualitativas da informação contábil e das características da entidade que as reporta, julgue os seguintes itens.

- 79 Não é necessário que a entidade que reporta a informação contábil do setor público tenha personalidade jurídica própria.
- 80 Para ser útil como informação contábil, a substância de uma transação que venha a ser retratada deverá corresponder à sua forma jurídica.

A respeito dos elementos que integram as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens que se seguem.

- 81** As receitas podem ter como origem tanto transações com contraprestação como transações sem contraprestação.
- 82** Para que seja caracterizado como ativo, o recurso deve ser controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
- 83** Não é necessário que uma obrigação exija a saída de recursos para ser definida como um passivo.

Quanto a estrutura, reconhecimento e mensuração das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens subsequentes.

- 84** Ganhos e perdas que não forem materiais e que forem provenientes de grupo de transações semelhantes devem ser apresentados em base líquida.
- 85** Caso haja aumentos no valor de um ativo após seu reconhecimento inicial, sua mensuração pode ser alterada para refletir esses aumentos.
- 86** A incerteza envolvendo o reconhecimento de um item nas demonstrações contábeis deve ser avaliada a cada data de divulgação do relatório.

A respeito da estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue os itens que se seguem.

- 87** Para possibilitar a consolidação das contas públicas, os planos de contas dos entes da Federação deverão ter pelo menos cinco níveis.
- 88** É permitido um lançamento na conta variação patrimonial aumentativa (classe 4) em contrapartida à conta receita realizada (classe 6).
- 89** As contas que não tiverem todos os níveis de consolidação previstos no PCASP poderão ser detalhadas pelos entes federados.

No que concerne à contabilidade aplicada ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 90** Depreende-se da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público que gasto é dispêndio, desembolso é pagamento, investimento é gasto incorporado ao patrimônio e, se aplicado ao processo produtivo, converte-se em custo, e, na apuração do resultado do período, o custo realizado é tido como despesa, independentemente do momento do consumo do objeto do gasto.
- 91** Reputa-se à contabilidade, essencial para o processo de tomada de decisão, a competência para apurar os custos dos serviços com o propósito de evidenciar os resultados da gestão.
- 92** Para que a contabilidade aplicada ao setor público, incluída a temática de custos, esteja em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), é necessário desvincular-se do enfoque essencialmente orçamentário e adotar o enfoque patrimonial.

Com relação à estrutura conceitual da contabilidade aplicada ao setor público, julgue os próximos itens.

- 93** Os valores não realizados, mas considerados consistentes, devem ser apresentados nas demonstrações contábeis e no orçamento elaborados em base comparável, adequadamente conciliados e divulgados nas notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis, conforme, separadamente, o tipo de regime, a periodicidade e a diferença entre as unidades monetárias (moeda de apresentação).
- 94** Os trabalhos de assecuração incluem, pelo menos, o auditor independente, o responsável pelo objeto e aqueles que o auditor independente pressuponha que farão uso de seu relatório.
- 95** O fluxo de caixa recebido pela entidade é um benefício econômico gerado a partir do seu direito de uso do recurso.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito dos procedimentos contábeis que orientam o registro contábil de responsabilidade pelas entidades do setor público.

- 96** O perdão de uma dívida extingue o passivo, desde que assim tenha sido previamente pactuado em acordo negocial.
- 97** O ente governamental transferidor de recursos utiliza o regime patrimonial para registrar valores que arrecadou, ao passo que o ente recebedor dos recursos reconhece-os como receita orçamentária.
- 98** Na contabilidade de ente público, a remuneração dos depósitos bancários vinculados deve ser identificada por meio da origem dos recursos ou por meio do controle das fontes financeiras dos recursos.

Considerando a contabilidade aplicada ao setor público, julgue os itens subsequentes.

- 99** O demonstrativo simplificado de gestão fiscal consolidado, materializado a partir de três peças elaboradas intermediariamente (em abril, agosto e dezembro de cada exercício), deve ser disponibilizado ao público em até trinta dias após o encerramento do quadrimestre de referência, ou seja, respectivamente, em 30 de maio, 30 de setembro e 30 de janeiro.
- 100** O ente que escriturar, indevidamente, tributo em razão de informação errônea do contribuinte deverá estornar o lançamento e efetuar novo lançamento a partir do dado correto.
- 101** Quando da inscrição de despesas em restos a pagar, as despesas não liquidadas devem-se distinguir das despesas liquidadas e não pagas.
- 102** Restos a pagar cancelados e não baixados do formulário de folhas soltas devem ser pagos pelo ente público à dotação orçamentária do exercício seguinte, se exigido o cumprimento da obrigação pelo credor.

No que se refere ao sistema tributário brasileiro e aos princípios da tributação, julgue os itens a seguir.

- 103** A chamada guerra fiscal promovida pelos governadores para atrair investimentos para os seus estados contribui para a seletividade do sistema tributário brasileiro.
- 104** Conforme o princípio da isonomia tributária, é vedado o tratamento desigual entre contribuintes que ganhem salários significativamente diferentes.
- 105** O objetivo do desenho tributário ótimo é fazer que o governo arrecade sem que, necessariamente, considere a capacidade contributiva dos indivíduos.
- 106** A cobrança dos impostos deve, sempre que possível, ter caráter pessoal, onerando mais pessoas com maior capacidade de pagamento.
- 107** A Constituição Federal de 1988 autoriza a majoração de tributos regulatórios do comércio exterior pelo Poder Executivo sem a necessidade de aprovação de lei pelo Poder Legislativo.

Considerando os diferentes tipos de tributos, julgue os itens subsequentes.

- 108** O tributo não se confunde com punição por ato ilícito.
- 109** A União pode instituir empréstimo compulsório, mediante lei complementar, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou de sua iminência.
- 110** Os empréstimos compulsórios não estão sujeitos ao princípio da anterioridade.
- 111** O tributo cobrado em razão do exercício do poder de polícia pela União, pelos estados e pelos municípios é chamado de contribuição de melhoria.

A respeito de sistemas tributários progressivos e regressivos, julgue os itens seguintes.

- 112** Sistemas tributários que privilegiam impostos indiretos, como os impostos de consumo, são considerados regressivos.
- 113** Na categoria de impostos regressivos, pessoas com menor renda são tributadas com maior intensidade do que pessoas com maior renda.
- 114** Uma estrutura tributária progressiva melhora a distribuição de renda.

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsecutivos.

- 115** O relatório resumido da execução orçamentária estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.
- 116** Na LRF, a transparência da gestão é um mecanismo de controle social que permite prestar contas ao cidadão dos recursos colocados à disposição dos governantes.
- 117** A LRF estabelece limite de gastos de pessoal para o Poder Executivo municipal e estadual, mas não para o Poder Executivo federal.
- 118** As despesas com inativos custeadas com recursos de arrecadação de contribuições dos segurados não são computadas para efeito de atendimento dos limites de despesa com pessoal definidos pela LRF.
- 119** O relatório de gestão fiscal ajuda a compreender a situação fiscal de municípios, já que nele consta dados sobre a execução orçamentária da receita e da despesa.
- 120** Empresas estatais dependentes e independentes estão sujeitas às regras da LRF.

A respeito de finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

- 121** Em âmbito federal, as necessidades de financiamento do governo central abrangem o resultado dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- 122** O resultado primário é um indicador da gestão fiscal para avaliar se o governo contribui para a redução ou a elevação do endividamento do setor público.
- 123** O conceito de resultado nominal, relacionado à mensuração do impacto da inflação sobre a necessidade de financiamento do setor público, é irrelevante no atual contexto brasileiro.
- 124** As formas de apuração dos resultados fiscais são os critérios conhecidos como abaixo da linha, que expurga as dívidas incorridas primeiro por empresas estatais dependentes, e acima da linha, que corresponde à variação da dívida líquida total, interna ou externa.
- 125** A gestão fiscal do governo deve considerar riscos fiscais, a fim de serem avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas bem como para informar as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- 126** Os governos emitem costumeiramente títulos públicos que elevam suas dívidas para fazer frente ao aumento de despesas correntes.

Com relação aos princípios orçamentários, julgue os seguintes itens.

- 127** Como exceção ao princípio da não afetação, os municípios podem vincular receitas decorrentes dos seus próprios impostos para a prestação de garantia à União, mas não podem fazê-lo em relação à parcela que lhes compete do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) ou do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS).
- 128** O princípio da universalidade determina que a lei orçamentária anual (LOA) registre as despesas e receitas nela constantes sem quaisquer deduções.
- 129** A prévia autorização na LOA para que o ente público faça a abertura de créditos suplementares, nos termos da lei, constitui exceção constitucional ao princípio da exclusividade.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

- 130** A lei que instituir o PPA estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- 131** A lei que instituir o PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
- 132** A LOA não poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, em respeito ao princípio da anualidade, mesmo que sejam despesas relativas a investimentos plurianuais e àqueles em andamento.
- 133** O orçamento fiscal e o orçamento das estatais possuem, entre outras, a função de reduzir as desigualdades inter-regionais, sempre em compatibilidade com o PPA.
- 134** A LDO estabelecerá, entre outros aspectos, as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

Acerca da classificação e da execução da receita e da despesa orçamentária, julgue os itens subsequentes.

- 135** As receitas patrimoniais são classificadas como receitas de capital.
- 136** É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, porém a emissão da nota de empenho pode ser dispensada em casos especiais, previstos na legislação específica.
- 137** Os juros e encargos da dívida pública são classificados no grupo de natureza de despesas denominado inversões financeiras.
- 138** O recolhimento de todas as receitas deve ser feito em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para a criação de caixas especiais.

À luz das disposições normativas acerca da estrutura programática de classificação das despesas públicas, julgue os itens a seguir.

- 139** Na estrutura programática, uma ação orçamentária relativa à construção de quadras poliesportivas, tipificada como projeto, deve constar de uma única esfera orçamentária, sob um único programa, ou seja, não é permitida a existência de um mesmo projeto em mais de uma esfera orçamentária ou em programas diferentes.
- 140** Todos os entes devem ter seus trabalhos organizados por programas e ações, a partir de categorias programáticas e codificação normativamente definidos para possibilitar a geração de informações consolidadas.
- 141** Na estrutura programática, os programas podem contemplar ações sob o formato de atividades, projetos ou operações especiais; no caso de projetos ou atividades, a cada um desses só poderá estar associado um produto, que, quantificado por sua unidade de medida, dará origem à meta.
- 142** Ao apresentar o projeto de Lei Orçamentária Anual, exige-se que as ações previstas pelo ente sejam identificadas pelas classificações legalmente definidas, sendo facultada a classificação programática para ações não previstas no Plano Plurianual (PPA).
- 143** A estrutura programática das despesas previstas no orçamento dos entes municipais deve ser integrada com as categorias de função e subfunção, que correspondem à perspectiva funcional-programática.

A respeito dos princípios e objetivos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como de seus efeitos no planejamento e no processo orçamentário, julgue os itens que se seguem.

- 144** Considere-se que o secretário de finanças de um município tenha solicitado à sua equipe um projeto de implantação de gestão de riscos nos processos de trabalho da secretaria. Nessa situação hipotética, a medida do secretário está correta, pois a gestão de riscos é um pressuposto para a gestão fiscal responsável.
- 145** Entre os efeitos produzidos pela LRF no processo de planejamento e orçamento dos entes públicos estão a expansão e o maior detalhamento do conteúdo a ser apresentado no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, tais como a definição de diretrizes relativas aos programas de duração continuada e também de normas relativas ao controle de custos.
- 146** Um dos objetivos da aprovação da LRF foi estabelecer parâmetros para acompanhamento das metas e limites fiscais. Um desses parâmetros refere-se à receita corrente líquida (RCL), que, no âmbito municipal, é apurada sem deduções de transferências constitucionais.

Considerando as regras e os parâmetros dispostos pela LRF, que incluem vedações, metas e limites aplicáveis a todos os entes públicos, julgue os itens subsequentes.

- 147** Um ente público pode realizar operações de crédito além do montante previsto para despesas de capital sem descumprir a regra de ouro, desde que as referidas operações sejam autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- 148** Embora a LRF não tenha definido, especificamente, limites para despesas com serviço da dívida, ela estabelece a necessidade de manifestação dos tribunais de contas quando os montantes da dívida consolidada e das operações de crédito dos entes ultrapassarem 50% dos respectivos limites.
- 149** A necessidade de refinanciamento do principal da dívida mobiliária deve sujeitar-se, no âmbito municipal, ao limite de 1,2 vezes a receita corrente líquida (RCL) ajustada do exercício.
- 150** Embora o conceito de dívida pública consolidada, para fins de acompanhamento do seu limite, considere em geral as operações de crédito com amortização em prazo superior a 12 meses, deve-se incluir no conceito aquelas com prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Espaço livre